



Câmara Municipal de Várzea Paulista Estado de São Paulo



RESOLUÇÃO nº 03/2026

Paulo, de acordo A CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA, estado de São com o que deliberou o Plenário na Sessão Ordinária realizada no dia 16 de junho de 2026, faz baixar a seguinte RESOLUÇÃO:

Altera a Resolução nº 05, de 16 de maio de 2023, para disciplinar a utilização de plataformas públicas oficiais de contratações nas hipóteses de credenciamento.

Art. 1º A Seção I do Capítulo II da Resolução nº 05, de 16 de maio de 2023, passa a vigorar acrescida da seguinte Subseção IV:

Subseção IV

Da Contratação por Plataformas Públicas Oficiais de Contratações

Art. 21-A. A Câmara Municipal de Várzea Paulista poderá aderir e utilizar plataformas públicas oficiais de contratações, instituídas, mantidas ou disponibilizadas por órgãos ou entidades da Administração Pública, inclusive módulos integrados ao Sistema de Serviços Gerais — SIASG, ao Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP, ou a outros sistemas oficiais que venham a substituí-los ou complementá-los, para aquisição de bens e contratação de serviços comuns, inclusive serviços comuns de engenharia, quando estruturados por meio de credenciamento ou procedimento equivalente admitido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 1º Incluem-se na previsão do *caput* as plataformas públicas oficiais de negócios públicos, tais como a plataforma Contrata+Brasil ou outra que venha a substituí-la, complementá-la ou desempenhar finalidade equivalente.

§ 2º A adesão e a utilização das plataformas observarão a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a regulamentação aplicável, os editais, manuais, termos de acesso e condições de uso da respectiva plataforma, bem como as normas internas da Câmara Municipal.



Câmara Municipal de Várzea Paulista

Estado de São Paulo



Art. 21-B. A utilização de plataforma pública oficial de contratação dependerá da demonstração da necessidade administrativa, da compatibilidade do objeto com a demanda da Câmara Municipal, da existência de disponibilidade orçamentária e da vantajosidade da contratação.

Art. 21-C. Cada contratação realizada por meio de plataforma pública oficial deverá ser precedida de processo administrativo próprio, instruído, no mínimo, com:

I – documento de formalização da demanda, formulário de criação da oportunidade ou documento equivalente gerado na plataforma;

II – justificativa da necessidade da contratação;

III – certificação de disponibilidade orçamentária;

IV – comprovação da publicação ou registro da oportunidade na plataforma;

V – relatório, comprovante ou documento equivalente referente à seleção realizada pela plataforma;

VI – verificação das condições de participação e habilitação do fornecedor selecionado;

VII – autorização da autoridade competente;

VIII – nota de empenho, ordem de fornecimento, ordem de serviço, contrato ou instrumento equivalente;

IX – comprovação da execução do objeto, atesto, liquidação e pagamento.

Art. 21-D. Quando a contratação realizada por meio de plataforma pública oficial decorrer de credenciamento, será formalizada mediante processo de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observando-se, no que couber, o art. 72 da mesma lei e o disposto nesta Resolução.

Parágrafo único. Quando a contratação decorrer de outro procedimento auxiliar, chamada pública ou instrumento equivalente disponibilizado pela plataforma, a formalização observará a hipótese legal indicada na legislação, na regulamentação aplicável, no edital ou instrumento equivalente da plataforma e na decisão motivada da autoridade competente.



Câmara Municipal de Várzea Paulista

Estado de São Paulo



Art. 21-E. Nas contratações realizadas por meio de plataforma pública oficial, a Câmara Municipal poderá dispensar a elaboração de análise de riscos, termo de referência, edital próprio ou outros documentos preparatórios.

Parágrafo único. A dispensa prevista no *caput* não afasta o dever de motivar a contratação, verificar a compatibilidade dos preços, analisar a habilitação do fornecedor, formalizar o instrumento cabível, fiscalizar a execução e realizar a regular liquidação e pagamento da despesa.

Art. 2º Fica a Presidência da Câmara Municipal autorizada a editar ato próprio para disciplinar os fluxos necessários à utilização das plataformas públicas oficiais de contratações, observadas as disposições desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA, aos dezesseis dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis (16-06-2026) -----.

(ELISEU NOTÁRIO ALVES)
Presidente

(VALDECIR DA COSTA SILVA)
Vice-Presidente

(FABIANO SOARES DE LIMA)
Primeiro Secretário

(OSEAS CARDOSO MARTINS)
Segundo Secretário

(MAYARA REGINA DA SILVA)
Terceira Secretária

Registrado e Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Várzea Paulista, na mesma data.

(SHELLY SHARON SIMON)
Diretora de Secretaria



CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Várzea Paulista. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://varzeapaulista9.siscam.com.br/Documentos/Validate?chave=A0KH-GYCG-W6TM-FXGC>, ou vá até o site <https://varzeapaulista9.siscam.com.br/Documentos/Validate> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: A0KH-GYCG-W6TM-FXGC